

**MARIA CLARA DAS GRAÇAS MENNA BARRETO**

**MOVIMENTOS ANTIGLOBALIZAÇÃO E  
FORTALECIMENTO DO ESTADO NAÇÃO**

Monografia apresentada como requisito para a conclusão do curso de bacharelado em Relações Internacionais do Centro Universitário de Brasília.

Orientador: Professor Rodrigo de Azeredo Santos.

**BRASÍLIA**

**2005**

**MOVIMENTOS ANTIGLOBALIZAÇÃO E  
FORTALECIMENTO DO ESTADO NAÇÃO**

**Maria Clara das Graças Menna Barreto**

**BANCA EXAMINADORA:**

---

Professor Rodrigo de Azeredo Santos – Orientador

---

Professor Alaor Sílvia Cardoso

---

Professor Sérvulo Vicente Moreira

**BRASÍLIA**

**2005**

Dedico este trabalho à Sônia Gontijo Rezende Guimarães. Minha querida avó. Elegante. Moderna. Diversa. Plural. Global. Internacional. Cidadã do mundo. Minha inspiração.

Agradeço aos meus pais, professores e amigos. Principalmente ao meu professor orientador, Rodrigo de Azeredo Santos, que teve a paciência e a compreensão diante das minhas limitações.

## RESUMO

O conjunto de alterações nas relações políticas, econômicas, financeiras e culturais entre os países, impulsionado pelo desenvolvimento tecnológico dos meios de comunicação e transportes, influenciou sobremaneira o comportamento dos atores do cenário internacional.

O presente trabalho aponta de que forma, esse conjunto de alterações, ou globalização, como é vulgarmente conhecido e também denominado no meio acadêmico das Relações Internacionais, aliado à absorção das práticas neoliberais de liberação econômica e circulação financeira afeta os Estados Nacionais quanto ao seu papel no contexto que se revela atualmente.

Com base no estudo da evolução do papel do Estado é feita uma análise, sob a luz das teorias das Relações Internacionais, da diluição relativa das funções precípua do Estado Nação, principalmente no que se refere à defesa dos interesses nacionais e da manutenção do estado de bem estar social.

Nesse momento se destaca uma nova forma de identificação e defesa dos interesses nacionais. O surgimento dos movimentos sociais que se internacionalizam e se denominam movimentos antiglobalização. Estes movimentos nascem de forma empírica e anárquica e ironicamente vem corroborar os interesses de um Estado que agora se ocupa em adaptar ao sistema capitalista neoliberal.

Os movimentos antiglobalização vêm preencher uma lacuna deixada pelos Estados Nacionais no que diz respeito aos interesses pontuais de comunidades e grupos isolados. Nem sempre esses movimentos são tão somente contrários à globalização, são ainda mais a favor de conquistas que vão ao encontro dos interesses das economias nacionais ou outros setores específicos dos países.

O atual cenário internacional confirma a a dissolução relativa do papel do Estado Nação, no entanto traz novos elementos que virão fortalecer os interesses nacionais por meio de uma participação efetiva de grupos de atores não tradicionais no campo das relações internacionais.

## SUMÁRIO

<b>LISTA DE SIGLAS .....</b>	<b>7</b>
<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>8</b>
<b>1 GLOBALIZAÇÃO E DISSOLUÇÃO DO PODER DO ESTADO .....</b>	<b>15</b>
<b>2 MOVIMENTOS ANTIGLOBALIZAÇÃO .....</b>	<b>29</b>
<b>3 OS MOVIMENTOS ANTIGLOBALIZAÇÃO: FORTALECEM OU ENFRAQUECEM O ESTADO-NAÇÃO? .....</b>	<b>42</b>
<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>52</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>58</b>

## LISTA DE SIGLAS

AGP	– Ação Global dos Povos
AMI	– Acordo Multilateral de Investimentos
Attac	– Ação pela Tributação das Transações Financeiras em Apoio aos Cidadãos
BIRD	– Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento
EUA	– Estados Unidos da América
FMI	– Fundo Monetário Internacional
FSM	– Fórum Social Mundial
KCTU	– Korean Confederation of Trade Unions
MST	– Movimento dos Sem-Terra
OCDE	– Organização para o Comércio e o Desenvolvimento Econômico
OMC	– Organização Mundial do Comércio
ONG	– Organização Não Governamental
ONU	– Organização das Nações Unidas
PIB	– Produto Interno Bruto
Pnud	– Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
Unctad	– Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e o Desenvolvimento

## INTRODUÇÃO

As profundas transformações ocorridas no mundo no final do século XX apontaram para um novo perfil nas relações internacionais e um novo paradigma de análise da conjuntura mundial. O fim da bipolarização permitiu a aproximação das nações que estavam, até então, impedidas por barreiras ideológicas e institucionais de uma participação efetiva nos mercados.

Conforme afirma Ohmae:

“Cada vez mais pessoas em mais lugares do mundo vêm reivindicando sua participação e seu lugar na história. Superando a alienação e, muitas vezes, vencendo o isolamento de desertos, florestas e áreas rurais, essas pessoas exigem da comunidade mundial e da economia global que a interliga, uma vida mais decente para si, para suas famílias e comunidades”<sup>1</sup>.

A transição política de governos para a chamada Terceira Via levou a um intenso debate que resultaria em profundas reformas no Estado, na sociedade civil, nas relações com os mercados, na Justiça e nas questões acerca da exclusão social. Essas reformas atingiram diretamente o sistema produtivo, que se internacionalizou, e o sistema monetário financeiro, que também foi internacionalizado, passando a ser influenciado pelas forças do mercado financeiro, que estão menos submetidas ao controle dos Estados Nacionais.

Esse ponto de vulnerabilidade, somado a erros históricos de políticas sócio – econômicas, é responsável pelos desequilíbrios dos países emergentes, nos quais a dívida cresce e não há crescimento econômico sustentável.

---

<sup>1</sup> OHMAE, Kenichi. **O Fim do Estado Nação**. Rio de Janeiro, Editora Campus, 1996.

Vê-se que se está criando um mundo cada vez mais de concentração, de exclusão e de volatilidade. Para os países emergentes, os efeitos continuam a representar sério problema ao crescimento do PIB – Produto Interno Bruto – mundial e a solução dos inúmeros problemas econômicos e sociais de vastas áreas do globo.

Sabe-se que mais de 200 milhões de pessoas, no mundo, têm salário diário inferior a um dólar e que 2 bilhões não recebem 100 dólares por mês, chegando-se à conclusão de que a globalização está longe de solucionar os principais problemas econômicos do planeta, resumindo-se a temática, essencialmente, a duas grandes questões: a monetária e a do comércio internacional.

Os impactos negativos na vida cotidiana de milhares de pessoas e seus ambientes são evidentes hoje no mundo globalizado. Os governos democráticos encontram-se muitas vezes vulneráveis diante da perspectiva de realizar reformas que atendam a expansão dos lucros das empresas no mercado globalizado, e, ao mesmo tempo, da necessidade de atender adequadamente as políticas públicas nacionais.

O objetivo do presente trabalho é entender a forma como o indivíduo tem feito as suas exigências, a que instâncias ele tem recorrido e de que forma as suas necessidades podem ser projetadas e, conseqüentemente, atendidas. Naturalmente, a primeira instância a qual se recorre é o Estado-Nação, pois é ele responsável pela gestão pública. No entanto, o atual estágio de globalização e interdependência, e isso também se pretende compreender melhor mais adiante, limita os meios políticos e os recursos financeiros do Estado-Nação para prover as necessidades de suas populações.

Por vezes, esses Estados buscam ajuda na economia global e, para obtê-la, são impelidos a realizar mudanças em suas políticas domésticas. Historicamente, o desenho das políticas econômicas foi afetado de distintas maneiras pela relação entre as economias nacionais e o resto do mundo. A intensificação desse vínculo, a partir da facilidade de transportes, envolveu uma série de considerações relativas à ampliação do acesso a insumos mais baratos, mercados ampliados, contato com novas tecnologias, entre outros.

Um conjunto complementar de novos aspectos com os quais a política econômica nacional foi levada a aprender a conviver surgiu com os processos de integração regional, sobretudo da forma como é conhecida a partir dos anos 60 (séc. XX)<sup>2</sup>.

A globalização será entendida aqui não somente pelo aspecto da interdependência econômica, mas como o faz Anthony Giddens<sup>3</sup>, pelo aspecto de seus impactos e transformação do tempo e do espaço na vida dos seres humanos. Em outras palavras, a transformação da capacidade produtiva, criatividade cultural e potencial de comunicação, e as formas como estas vão influenciar na autonomia, direitos políticos e certos privilégios das sociedades.

A hipótese que se pretende abordar é a de que, apesar do enfraquecimento do Estado-Nação, as nações ainda tendem a conservar pelo futuro um poder governamental, econômico e cultural sobre os seus cidadãos e na área externa. No entanto, pode-se afirmar que, com frequência, somente serão capazes de exercer tais poderes mediante ativa colaboração umas com as outras com suas localidades e regiões e com grupos transnacionais<sup>4</sup>.

---

<sup>2</sup> BAUMANN, Renato. Uma visão econômica da globalização; **O Brasil e a Economia Global**. Editora Campus, 1996.

<sup>3</sup> GIDDENS, Anthony. **A terceira via**. Rio de Janeiro: Record, 1999.

<sup>4</sup> Id. op. cit., p. 42.

Para entender o que a hipótese acima sugere, faz-se necessário escolher um significado para o processo denominado globalização. Segundo Giddens, é uma complexa variedade de processos, movidos por mistura de influências políticas e econômicas, tema que será abordado no primeiro capítulo desta monografia. Os maiores críticos da globalização enfatizam que ela faz com que os países fiquem mais expostos aos mercados internacionais e que a maior fluidez de recursos, característica da política neoliberal, reduz a liberdade e a autonomia dos governos locais. Entretanto, o que se busca entender é a transformação do papel do Estado no contexto da globalização e não somente justificar a incapacidade de uma inserção bem sucedida no campo das relações econômicas, políticas e sociais mundiais.

No segundo capítulo, será enfocada a formação, bem como a organização e a atuação dos movimentos contrários à globalização. Esses movimentos de contestação são chamados “Movimentos Antiglobalização”. Eles surgem em contextos diferentes, motivados pelos mais variados processos desencadeados pela globalização, em diferentes nações, envolvendo atores distintos e provocando diversas repercussões no cenário mundial.

A atuação desses atores não-estatais, representados por grupos, movimentos e organizações não-governamentais, levanta questionamentos quanto ao papel do Estado-Nação. Esses grupos antiglobalização têm manifestado oposição às políticas sugeridas por agentes internacionais que resultam na progressiva perda do Estado-Nação das funções precípuas do Poder Público, que são a manutenção da garantia e o acesso aos bens inalienáveis do homem, conquistados historicamente na Declaração Universal dos Direitos do Homem e do Cidadão.

Este trabalho identifica esses movimentos que eclodiram a partir da última década, representando os mais diferentes setores da sociedade civil, em uma clara

manifestação de tomada de consciência, diante das resoluções tomadas pelos países ricos, nas questões internacionais. Analisar-se-ão estes movimentos quanto à capacidade de se manterem articulados e informados diante dos temas da agenda global.

A resistência desses movimentos às imposições neoliberais acontece em todo o mundo e pode-se afirmar que o movimento antiglobalização é um fenômeno mundial. A consciência da necessidade de globalizar as resistências, as lutas sociais e as alternativas à globalização do capitalismo neoliberal é o que se assiste de forma progressiva ao longo dos últimos anos.

Em muitos organismos institucionais já aparecem algumas orientações importantes, como o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – Pnud, que sugere medidas para corrigir os rumos da globalização, por meio do aumento da participação e da influência das nações emergentes e ONGs nos fóruns econômicos internacionais (FMI, BIRD, G7) controlados pelos Estados ricos. A Unctad defende a cooperação internacional em favor dos países mais pobres, seja na forma de assistência financeira ou por meio do aumento de investimentos diretos. “A globalização espalha pobreza e é preciso combatê-la criando alternativas que priorizem o desenvolvimento humano e o fim da dominação por parte dos mercados financeiros” Essa afirmação é de Bernard Cassen, Presidente, na França, do movimento Ação pela Tributação das Transações Financeiras em Apoio aos Cidadãos – Attac, e Diretor-Geral do jornal *Le Monde Diplomatique*.

No terceiro capítulo pretende-se entender de que forma os movimentos antiglobalização identificam os interesses das populações nacionais e, conseqüentemente, provocam o fortalecimento do Estado-Nação. Pode-se, portanto, afirmar que a economia capitalista neoliberal, instaurada em escala global, articula-se ainda com base no Estado-

Nação. Mesmo reconhecendo o destaque da participação efetiva das corporações transnacionais, o Estado-Nação é soberano, ainda que tenha a sua soberania limitada pela interdependência entre os Estados nacionais e pela preeminência de um Estado mais forte que outros. Os movimentos antiglobalização se constituem em instrumentos que facilitam aos próprios Estados nacionais detectarem quais são os interesses nacionais.

Na perspectiva da conservação dos interesses e valores nacionais, surgem posicionamentos dos movimentos antiglobalização que envolvem preocupações políticas, culturais e econômicas e atraem não somente os que se opõem à globalização e o seu efeito devastador da autonomia dos Estados-Nação e do Estado de Bem-Estar, mas também os que reconhecem que, de certa forma, o mesmo fenômeno aumenta a capacidade dos Estados em identificar e manter os interesses de algumas das organizações não estatais que confluem ao movimento antiglobalização.

Na medida em que o sistema de globalização se estabelece, impondo inclusive os valores culturais dos países hegemônicos, cabe ao Estado-Nação a responsabilidade da preservação da cultura e da identidade nacional. É importante também que se fortaleçam as instituições multilaterais para que sejam capazes de administrar os problemas globais em função do bem de todos os cidadãos.

É fato incontestável que a conjuntura internacional revela-se hoje mais instável e complexa do que a dos tempos da Guerra Fria. Sabe-se também que es Estados gozam de instrumentos que asseguram a sua autonomia e soberania diante das questões transnacionais aprofundadas com a globalização. Há sim uma reorientação do papel do Estado, que, para alguns, significa maior ou menor autonomia, maior ou menor participação

nos aspectos positivos da nova ordem. Muitos países ainda apresentam grandes dificuldades de participar positivamente no âmbito das relações comerciais internacionais.

Como se verá no terceiro capítulo, os movimentos antiglobalização tendem a confirmar, mais do que questionar a validade do sistema de Estados autônomos e soberanos.

## **1 GLOBALIZAÇÃO E DISSOLUÇÃO DO PODER DO ESTADO**

O sistema mundial experimenta um aprofundamento de suas tendências mais evidentes: o desenvolvimento das indústrias de transportes, comunicação e informação; a expansão dos mercados financeiros; e a difusão dos segmentos de vários processos produtivos em diferentes áreas do mundo, provocando o aumento da circulação de capital, mercadorias, informação e pessoas.

A globalização pode ser caracterizada sob vários critérios, uma vez que este processo afeta diversos aspectos das relações sociais. No presente trabalho, será mais utilizado o critério social e econômico. No entanto, sabe-se que a complexidade do fenômeno está presente em diversas perspectivas.

Se observada pela perspectiva financeira, a globalização corresponde ao aumento do volume de recursos; aumento da velocidade de circulação dos recursos; e interação dos efeitos do aumento e da circulação dos recursos sobre as economias. De uma perspectiva comercial, a globalização se caracteriza pela semelhança crescente das estruturas de demanda e na crescente homogeneidade da estrutura de oferta nos países.

No que se refere à política econômica, a globalização implica a perda de diversos atributos de soberania econômica e política por parte de um número crescente de países<sup>5</sup>.

O fenômeno chamado globalização suscita intenso questionamento quanto à sua natureza e alcance, riscos e oportunidades. Entre os formuladores de políticas, públicas e privadas, é presente a preocupação quanto às estratégias que devam orientar o Estado em face de condicionamentos internos e externos, na maior parte das vezes redefinidos ou transformados.

É o que ressalta Vaz<sup>6</sup>:

Da acepção tradicional das relações internacionais face a globalização, é apropriado afirmar que representa uma transformação essencial do próprio ambiente internacional que induz profunda mudança da própria natureza das relações internacionais, na medida em que estas deixam de centrar na interação entre os Estados e que o poder torna-se mais difuso, assumindo novas expressões e incorporando sentido muito mais relacional em que fatores intangíveis, como capacidade de mobilizar recursos, de gerar, absorver e aplicar conhecimento, de manter coesão e de responsividade, afiguram-se como de grande relevância frente as outras bases tangíveis de poder, como território, população, recursos econômicos e capacidade militar.

É nesse sentido que alguns autores, como Kenichi Ohmae<sup>7</sup>, prevêm a eventual substituição do Estado por novos arranjos definidos em torno dos processos relacionados à expansão e eficiência da produção e distribuição econômica e alocação de investimentos em bases regionais, ou da promoção de estágios avançados de integração econômica e política em bases supranacionais.

---

<sup>5</sup> BAUMANN, Renato. Uma visão econômica da globalização; **O Brasil e a Economia Global**. Editora Campus, 1996.

<sup>6</sup> VAZ, Costa Alcides. **Revista Múltipla**. Brasília, v. 4, n. 7, 1999, p. 61-68.

<sup>7</sup> OHMAE, Kenichi. **O Fim do Estado Nação**. Rio de Janeiro, Editora Campus, 1996.

Segundo essa visão, no tocante a uma suposta dissolução do papel do Estado-Nação, a globalização provoca a redução das opções e da margem de ação dos governos, principalmente no que diz respeito às políticas macroeconômicas, influenciando os demais domínios de políticas públicas, estratégias de desenvolvimento econômico e social centradas em âmbito nacional.

Mediante o prisma da globalização vista pela acepção tradicional das relações internacionais, poder-ia-se afirmar que a soberania nacional, o que nessa acepção é atributo incontestável do Estado, em comparação aos demais atores internacionais estaria esvaindo-se, ou menos radicalmente reduzindo-se a contextos cada vez mais restritos.

Tendo essas premissas como certas, a globalização se apresenta como etapa radicalmente distinta na evolução das relações internacionais, na medida em que desloca os Estados de sua condição de protagonistas, redefinindo seus atributos e alterando sensivelmente o ambiente em que atuam <sup>8</sup>.

Esse debate acerca do papel do Estado-Nação é desenvolvido com base em várias escolas teóricas das relações internacionais. A presente monografia concentrará seu desenvolvimento considerando os novos agentes que aparecem no cenário internacional, não somente na globalização das práticas do liberalismo econômico e sua difusão pelo mundo, mas também analisando o papel das instituições e organizações internacionais e não governamentais e seus reflexos nas relações internacionais, de acordo com o marco teórico do institucionalismo neoliberal.

---

<sup>8</sup> VAZ, Costa Alcides. **Revista Múltipla**. Brasília, v. 4, n. 7, 1999, p. 61-68.

Segundo o liberalismo, os fatores econômicos estão em condição de supremacia em relação aos fatores políticos. Essa vertente teórica classifica a prevalência das forças de mercado como traço marcante da economia política internacional contemporânea<sup>9</sup>.

Se for aceita a premissa da supremacia das forças econômicas sobre o poder de intervenção estatal, segundo a teoria liberal das relações internacionais, estar-se-ia assentindo que o poder político do Estado está sendo confrontado com o mercado e, na maioria das vezes, encontra-se dele dependente. A economia encontra-se globalizada e a idéia de isolamento do Estado-Nação fica afastada, sob pena de seu perecimento. Mas é fato e se deve assentir que é impossível controlar dinâmicas que extrapolam os limites territoriais do Estado, mesmo que essas tenham reflexos diretos no seu âmbito interno, fazendo com que ele tenha reduzido o seu poder de autodeterminação.

No entanto, para se tirar qualquer conclusão a esse respeito, é necessário entender como surgiu e como se comporta o Estado-Nação e a relevância de seu papel para as demais escolas teóricas das Relações Internacionais.

O entendimento da evolução do papel do Estado é fundamental para que se possa constatar se o mesmo se vem diluindo em face do processo de globalização ou não.

Habermas<sup>10</sup> conceitua o Estado-Nação valendo-se das seguintes palavras:

“Na tradição alemã, ‘Estado’ é um termo legal que se refere, ao mesmo tempo, à ‘Staatsgebiet’ - um território claramente delimitado - e à ‘Staatsvolk’ a totalidade dos cidadãos. (...) com o concurso do exército e da polícia, o Estado preserva sua autonomia interna e externa; soberania significa que a autonomia política mantém tanto a lei e a ordem dentro das fronteiras do seu território quanto a integridade dessas fronteiras frente ao

---

<sup>9</sup> Ibidem.

<sup>10</sup> HABERMAS, Jürgen. O Estado-Nação Europeu frente aos Desafios da Globalização. O Passado e o Futuro da Soberania e da Cidadania. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 43, p. 87-101, nov. 1995.

cenário externo em que os Estados em competição reconhecem-se mutuamente com base no direito internacional”.

O sistema de Estados nacionais surgiu na Idade Média a partir dos acordos celebrados entre a burguesia e os monarcas. A burguesia era desejosa de uma nova organização política, econômica e geográfica, para que suas aspirações de expansão e desenvolvimento da classe fossem alcançadas. A celebração da Paz de Westphalia<sup>11</sup> consolidou o sistema de estados territoriais, ou seja, a territorialização da política. A ordem Westphaliana é constituída pelas relações estabelecidas entre estados territoriais soberanos, ou seja, organizações políticas com autoridade sobre um território.

Na Idade Média, a presença de uma comunidade em um determinado território não representava a existência de uma autoridade maior exercida sobre o mesmo. Não havia distinção entre autoridade interna e externa, ou mesmo entre o público e o privado.

Assim destaca Spruyt<sup>12</sup>:

“Ocupantes de um território espacial específico estavam sujeitos a uma multiplicidade de autoridades superiores. Dada esta lógica ou organização, é impossível distinguir atores conduzindo ‘relações internacionais’ daqueles envolvidos na política doméstica operando sob alguma hierarquia. Bispos, reis, senhores feudais e cidades assinavam tratados e faziam guerra. Não havia um ator com um monopólio sobre os meios de coerção pela força. A distinção entre atores privados e públicos estava ainda por vir”.

A adoção de um sistema de Estados territoriais soberanos significava a garantia de uma maior estabilidade em vários aspectos das sociedades, fossem estes econômicos, sociais e institucionais. A delimitação do território, a afirmação de uma cultura

---

<sup>11</sup> Tratado de paz negociado nas cidades alemãs de Münster e Osnabrück, localizadas na região de Westphalia. Ele pôs fim à guerra dos 30 anos, entre católicos e protestantes, encerrando o ciclo das guerras religiosas na Europa. Ele também deu autonomia política a territórios antes sujeitos à autoridade do Sacro Império Romano-Germânico, esvaziando o poder do imperador.

<sup>12</sup> SPRUYT, Hendrik. **The sovereign state and its competitors**. Princeton: Princeton University Press, 1994, p. 12.

comum e a instituição de uma autoridade legítima vieram facilitar as relações comerciais, favorecendo um ambiente ideal para a fase que se segue na história.

O Mercantilismo veio substituir as práticas absolutistas, apoiando-se no Estado, que deveria possuir um grau sutil de legitimidade e autoridade para intervir nas questões econômicas a fim de resguardar os interesses e o bem-estar da sociedade, bem como estimular o comércio internacional.

O que o mundo presenciou em seguida foi o surgimento da teoria que influenciou profundamente a economia política, desconstruindo as bases de sustentação do Estado Absolutista. A teoria clássica liberal veio condenar a intervenção do Estado na economia, partindo do princípio e lema do “*laissez faire, laissez passer, le monde va de lui même*”.

Segundo essa doutrina do Estado mínimo, ele somente poderia intervir nas questões econômicas com o intuito de manter a segurança, prover infra-estrutura ao capitalismo e garantir os direitos de propriedade<sup>13</sup>.

O Liberalismo clássico foi criticado por Karl Marx, seguindo o argumento de que inexistia um bem-estar geral provocado pelas relações comerciais livres. Segundo o marxismo, o Estado não possuía um papel neutro; ele se apresentava como um instrumento nas mãos daqueles que se sobressaiam na luta de classes<sup>14</sup>.

---

<sup>13</sup> GILPIN, Robert. **A economia política das relações internacionais**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.

<sup>14</sup> Ibidem.

Na segunda metade da década de 20 (séc. XX), a crise da superprodução, os movimentos socialistas e a proliferação de regimes totalitários deflagraram ataques à teoria liberal clássica, dando espaço para o surgimento de uma nova concepção do papel do Estado.

Lord Keynes<sup>15</sup> emprestou seu nome à conhecida doutrina keynesiana, que advogava uma maior intervenção do Estado na economia:

“À medida que uma sociedade vai ficando mais rica, maior será o seu nível de poupança e maiores deverão ser os investimentos para que o equilíbrio ocorresse com o pleno emprego. Dessa forma, os gastos públicos aumentarão a renda nacional, o investimento (em consequência), gerando ondas de crescimento por toda a economia”.

A doutrina keynesiana deu origem ao que veio ser reconhecido como Estado de Bem Estar Social – *Welfare State* –, abandonando a lógica pura de mercado e incorporando as idéias de justiça e bem-estar social.

De acordo com a lógica keynesiana, o Estado assumiria um relevante papel na economia, regulando o nível de emprego por meio do aumento da demanda, provocado pelos gastos públicos governamentais.

O esgotamento do estado de bem-estar social, influenciado pela diminuição da capacidade financeira do Estado e de seu ritmo de crescimento econômico, provocou a busca de uma nova lógica que viria a ser o que hoje se chama de Neoliberalismo, ou Estado de gastos mínimos<sup>16</sup>.

O Neoliberalismo surgiu então como uma reação ao papel intervencionista do Estado. Para os autores defensores desse pensamento, tais como Friedrich Hayek e Milton

---

<sup>15</sup> KEYNES, John Maynard. **A teoria geral do emprego, do juro e da moeda**. São Paulo: Nova Cultural. Série Os Economistas, 1985.

Friedman, o intervencionismo do estado de bem-estar social prejudicava a liberdade dos cidadãos e a fluidez da concorrência. Segundo a lógica neoliberal, a desigualdade era um fator imprescindível.<sup>17</sup>

A tese do Estado mínimo está intrinsecamente ligada à existência de um mecanismo auto gerador de uma certa solidariedade social que é peculiar da sociedade civil. Grupos isolados da sociedade teriam maior abertura para crescer e desenvolver sem o impedimento da intervenção estatal.

Para David Green<sup>18</sup>:

“A sociedade civil se deixada por sua própria natureza aglutinaria em seu conjunto de qualidades o bom caráter; honestidade; dever; dedicação; honra; serviço; autodisciplina; tolerância; respeito; justiça; auto –aperfeiçoamento; confiança; civilidade; firmeza; coragem; integridade; diligência; patriotismo; consideração pelos outros, frugalidade e reverência”.

Partindo do pressuposto acima, os defensores da globalização incentivam a criação de um mercado global no qual as diversas nações do planeta se relacionam umas com as outras somente como indivíduos. Por isso a necessidade de um sistema neoliberal que respeitasse a liberdade e a iniciativa individual. A globalização, por esse aspecto, pode ser compreendida como uma tentativa de liberar o mercado, baseado no exercício da iniciativa individual e do controle social e político do Estado.

Enfim, chega-se ao ponto que vai interessar à presente pesquisa, partindo-se dos processos históricos já delineados e apoiando-se no contexto teórico das escolas de

---

<sup>16</sup> SADER, Emir. A hegemonia liberal na América Latina. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo. **Pós-neoliberalismo**: as políticas sociais e o Estado democrático. Cap. 1. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 35.

<sup>17</sup> FRIEDMAN, Milton. **Capitalismo e Liberdade**. São Paulo: Arte Nova, 1997.

<sup>18</sup> GREEN, David. **Reinventing civil society**. Londres: Institute of Economic Affairs, 1993, p. viii.

pensamento das relações internacionais para se compreender as bases do que se conhece como globalização neoliberal.

A globalização do neoliberalismo está baseada na internacionalização política, por meio do surgimento de atores, instituições e redes transnacionais; e na integração econômica, por meio do crescimento do comércio internacional, dos meios de comunicação e da integração financeira<sup>19</sup>.

A existência de um sistema de Estados-Nação assentado em mecanismos e processos econômicos orientados pelo mercado e instrumentalizados por inovações tecnológicas nos campos da informação, comunicação, produção e transportes, permite constatar alguns paradoxos que a própria globalização gera no seio da sociedade internacional<sup>20</sup>.

Observa-se que as inovações tecnológicas nos campos acima citados aumentam a capacidade de circulação da informação, ampliam as oportunidades de crédito, investimentos e comércio no contexto mundial. No entanto, no tocante aos países em desenvolvimento, o bom aproveitamento dessas oportunidades está relacionado ao grau de articulação desses países no campo das relações internacionais e na adoção de políticas responsáveis no campo doméstico.

Os maiores críticos da globalização enfatizam que a globalização faz com que os países fiquem mais expostos aos mercados internacionais e que a maior fluidez de recursos, característica da política neoliberal, reduz a liberdade e a autonomia dos governos

---

<sup>19</sup> TARROW, S. From Lumping to Splitting: Specifying Globalization and Resistance. In: SMITH, J.; JOHNSTON, H. **Globalization and Resistance**, 2002.

<sup>20</sup> ROSENAU, James. **Turbulence in world politics: a theory of change and continuity**. Princeton: Princeton University Press, 1990.

locais. Entretanto, o que se busca entender é a transformação do papel do Estado no contexto da globalização e não somente justificar a incapacidade de uma inserção bem sucedida no campo das relações econômicas, políticas e sociais mundiais.

O conjunto de facilidades de comunicação, velocidade e disponibilidade dos fluxos financeiros são também responsáveis por outros fenômenos que irão ocorrer dentro dos países.

Um deles está relacionado às políticas nacionais necessárias para adaptar os sistemas produtivos a um maior grau de interdependência<sup>21</sup> com outras economias. Dado o atual grau de competitividade no mercado internacional, os governos nacionais são levados a proporcionar ambientes favoráveis e estímulos localizados, tais como estabilidade de preços, canalização de poupanças por meio de instituições eficientes, geração e difusão de tecnologia, etc. Muitas vezes, essas políticas são dificultadas pela falta de identificação de um projeto nacional coeso, pois as mesmas pressões externas desviam as atenções dos objetivos puramente nacionais<sup>22</sup>.

A análise do papel do Estado-Nação ao longo dos tempos, à luz das teorias das relações internacionais, permite analisar que a prioridade do Estado se modificou com o processo de globalização. A prioridade do Estado, que consistia na promoção do bem-estar, como se observa na doutrina keynesiana, foi substituída pela necessidade de adaptar as

---

<sup>21</sup> As economias nacionais têm-se tornado gradativamente interdependentes. “A interdependência significa mútua dependência. Na política mundial diz respeito a situações caracterizadas pelos efeitos recíprocos entre nações ou entre atores em diferentes nações” (KEOHANE, R.; NYE, Joseph. **Power and Interdependence**. 2. ed. Harper Collins Publishers, 1989, p. 8-10).

<sup>22</sup> AGOSIN, Manuel; TUSSIE, Diana. Globalización, regionalización y nuevos dilemas en la política de comércio exterior para el desarrollo. **El Trimestre Económico**, v. 60, n. 239, jul./sept., 1993.

economias nacionais às exigências da economia mundial. Analisa-se de que outras formas o papel do Estado-Nação é alterado pela globalização.

A inovação das comunicações e a expansão das tecnologias de informação estão intrinsecamente ligadas ao processo de globalização. Da mesma forma acontece na esfera econômica. O funcionamento dos mercados financeiros 24 horas por dia prescinde de uma fusão de tecnologias de satélite e computador, o que vem afetar outros setores da sociedade. Esse novo mundo das comunicações eletrônicas instantâneas, envolvendo até mesmo as regiões mais pobres e isoladas, altera instituições locais e padrões cotidianos de vida<sup>23</sup>.

Ianni<sup>24</sup> ressalta:

“Nesse sentido é que a formação da sociedade global modifica substancialmente as condições de vida e trabalho, os modos de ser, sentir, pensar e imaginar. Assim como modifica as condições de alienação e as possibilidades de emancipação de indivíduos, grupos, etnias, minorias, classes, sociedades, continentes”.

O processo de globalização interliga os povos de localidades distantes, das mais diversas culturas, religiões, línguas, economias; estreita os costumes e, dessa forma, vem incrementando e aumentando os padrões de qualidade de vida de muitas comunidades, graças ao desenvolvimento e ao fácil acesso a novas tecnologias e meios de comunicação.

Há também a percepção contrária, de que a abertura dos mercados e a dominação do capital pelos países desenvolvidos aumentam a situação de pobreza dos países em desenvolvimento, ou chamados periféricos, com efeitos consideravelmente negativos para

---

<sup>23</sup> GIDDENS, Anthony. **A terceira via**. Rio de Janeiro: Record, 1999, p. 41.

<sup>24</sup> IANNI, Octávio. **A era da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996, p. 52.

as suas populações e com conseqüências sociais como a deficiência dos sistemas de educação, saúde e aumento de criminalidade.

Essa percepção pode vir a ser equivocada se tomada como verdade absoluta e incontestável. Cabe reafirmar que os países irão administrar as conseqüências da globalização de acordo com os seus posicionamentos externo e interno. Ou seja, com a adoção de políticas relacionadas ao crescimento econômico sustentado e melhoria social.

Enquanto a desigualdade social cresce, o Estado-Nação enfraquece e cada vez mais perde as suas funções. Há uma corrente política radical entre os movimentos que se opõem à globalização, segundo a qual esse processo acompanha a dominação econômica, imposta por meio dos auxílios financeiros provenientes de instituições de países ricos, juntamente com a subsequente dominação política. Ou seja, segundo essa linha de pensamento, a ajuda financeira, por meio de empréstimos, sempre traz consigo imposições econômicas e políticas que representam a diluição do poder do Estado.

A crescente transnacionalização econômica e financeira reorienta o papel do Estado. Em praticamente todos os setores da economia, as injunções externas são decisivas no modo pelo qual o governo adota as diretrizes. No entanto, é extremamente radical e atualmente até errôneo afirmar que são as instituições financeiras multilaterais que limitam o poder decisório dos governos nacionais. Dois argumentos sustentam a refutação: as metas de superávit fiscal são hoje metas nacionais e não impostas pelo Fundo Monetário Internacional; e a estabilidade econômica, monetária e fiscal não enfraquece o Estado-Nação; pelo contrário, o fortalece.

Por outro lado, presencia-se a capacidade dos Estados de controlar suas economias, por meio de políticas monetárias, fiscais e creditícias, o que diminui sobremaneira com a internacionalização dos mercados financeiros.

De acordo com o grau de vulnerabilidade de cada país, que é diretamente proporcional ao equilíbrio econômico, político e social, o mercado financeiro pode vir a revestir o sistema de um alto grau de instabilidade. Ou seja, é sabido que, em escala mundial, a especulação da qual fazem parte bancos, empresas e investidores faz com que a eminência de um colapso no interior dos países mais vulneráveis seja permanente.

Assim Ianni<sup>25</sup> aborda a questão:

“O capitalismo atinge uma escala propriamente global. Além das suas expressões nacionais, bem como dos sistemas e blocos articulando regiões e nações países dominantes e dependentes, começa a ganhar perfil mais nítido o caráter global do capitalismo. Declinam os Estados - Nação, tanto os dependentes como os dominantes. As próprias metrópoles declinam, em benefício de centros decisórios dispersos em empresas e conglomerados”.

É com base nessa discussão quanto às conseqüências do processo de globalização e na análise da dissolução da autonomia do Estado que se pretende entender os movimentos sociais que surgem em contraposição à globalização.

As próprias políticas neoliberais, orientadas e articuladas por instituições multilaterais (FMI, Banco Mundial, OMC – Organização Mundial do Comércio), criam estruturas, incentivam e produzem ocasiões para a ação dos atores transnacionais que se

---

<sup>25</sup> IANNI, Octávio. **A sociedade global**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, p. 38.

opõem a essa mesma ordem global, manifestando-se nos grandes eventos patrocinados por aquelas instituições<sup>26</sup>.

---

<sup>26</sup> AYRES, J. Transnational Political Processes and Contention against the Global Economy. In : SMITH, J.; JOHNSTON, H. **Globalization and resistance**: transnational dimensions of social movements. Maryland: Rowman & Littlefield, 2002.

## 2 MOVIMENTOS ANTIGLOBALIZAÇÃO

Como se viu no primeiro capítulo deste trabalho, com o fim da Guerra Fria, a globalização e a proliferação de atores não-estatais no cenário internacional, entre outros fenômenos, levaram ao fim o *status* de que gozavam os Estados Nacionais, como protagonistas exclusivos das relações internacionais. A partir desse momento, o Estado interage com novos atores, organizações formadas pela sociedade civil, de atuação transnacional<sup>27</sup>.

A atuação presente de atores não estatais no cenário internacional levanta questionamentos quanto ao papel do Estado-Nação, e mesmo das organizações regionais, nesse momento de mudanças tão profundas da ordem internacional.

Assumindo que as instituições estatais e as organizações da sociedade civil fundamentam-se na cultura, história e geografia, a abstração do poder por meio de uma rede de computadores e a aceleração do tempo histórico desintegra os mecanismos conhecidos de controle social e representação política.

As pessoas em toda parte do mundo ressentem-se dessa situação, da perda de controle de suas próprias vidas, de seu meio, de seus empregos, de suas economias, de seus governos, de seus países e também acerca do destino do planeta.

---

<sup>27</sup> ROSENAU, James. **Turbulence in world politics**: a theory of change and continuity. Princeton: Princeton University Press, 1990.

A globalização do capital e das grandes decisões econômicas afeta diversos aspectos da vida humana. É explícito como isso ocorre no plano econômico, mas vale ressaltar a penetração da lógica capitalista neoliberal em domínios cada vez mais ampliados da sociedade, como na educação, na saúde, na seguridade social e na cultura.

A lógica capitalista neoliberal introduzida nesses domínios, quando mal absorvida, faz com que a percepção dos mesmos, como direitos humanos adquiridos por meio de lutas sociais, seja gradativamente enfraquecida. Essa lógica culmina na exclusão dos indivíduos ou grupos de indivíduos menos favorecidos financeiramente. Ou seja, ocorre uma certa desintegração social.

Em todos os continentes, presencia-se uma multiplicação de movimentos sociais, iniciativas nos domínios econômico e social, de reações culturais à desintegração social que são expressas sob a forma de correntes nacionalistas, regionalistas e mesmo religiosas.

Tratar-se-á aqui da forma como esses movimentos surgem e qual o seu propósito, ou seja, a emergência desses novos movimentos sociais que aparecem de maneira espontânea, empírica e anárquica, para reivindicar as necessidades momentâneas e pontuais em face da globalização da economia e dos interesses hegemônicos.

A maioria desses movimentos sociais, com exceção dos fundamentalistas nacionalistas e dos religiosos, não se opõe expressamente e essencialmente à universalização das relações humanas, mas à apropriação desse fenômeno pela dominação dos poderes econômicos.

Os movimentos sociais de que se tratará ficam conhecidos, por sua natureza resistente à globalização, como “movimentos antimundialização<sup>28</sup>”, ou, como se popularizou na mídia, “movimentos antiglobalização”.

O movimento antiglobalização caracteriza-se por ser um movimento que aglutina diversos movimentos, ou seja, compõe-se da reunião de vários movimentos distintos. Apesar das peculiaridades atribuídas a cada um deles, existe um ponto no qual todos convergem: a contraposição a um sistema mundial balizado no que alguns chamam de capitalismo; outros já o denominam neoliberalismo<sup>29</sup>.

Eddy Fouquier<sup>30</sup> fala sobre esse tipo de movimento:

“Movimentos de contestação da mundialização: nebulosa de grupos e indivíduos que denunciam as conseqüências negativas do processo atual de mundialização, por eles descrito como mundialização ‘liberal’ ou ‘neoliberal’ e que esforçam-se para modificar seu curso num sentido mais conforme as seus ideais e a seus objetivos, por meio de diferentes tipos de ação”.

Os movimentos que surgem, intitulados movimentos antiglobalização, utilizam-se de todas as facilidades, da velocidade e capacidade de dispersão da informação que a Internet lhes propicia.

O que chama a atenção é que essa confluência de movimentos não se articula de forma hierárquica e sim por um sistema de “redes”. Sem o sistema de “redes”, que atua basicamente por meio da Internet, não teria sido possível convocar as mobilizações com

---

<sup>28</sup> SEOANE, José; TADDEI, Emilio (Orgs.). **Resistências mundiais**: de Seattle a Porto Alegre. Petrópolis/RJ: Vozes, 2001. Termo utilizado por esses autores em seu livro.

<sup>29</sup> TOURAINE, Alain. **Podremos vivir juntos?** La discusión pendiente: el destino del hombre en la aldea global. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 1997.

<sup>30</sup> FOUQUIER, Eddy. Le mouvement de contestation de la mondialisation. **Annuaire français de relations internationales**, Bruxelles: Bruylart, 2002, p. 843.

um mínimo de burocracia e hierarquia, uma vez que a época dos manifestos, discutidos em intermináveis reuniões, está sendo superada pela cultura de intercâmbio frenético e compulsivo da informação. Os grupos permanecem autônomos, porém sua coordenação internacional é hábil e seu efeito, com frequência, devastador, em face da sua capacidade de atuar comparativamente a uma nuvem de mosquitos<sup>31</sup>.

Os movimentos antiglobalização são caracterizados pela heterogeneidade de sua composição. Eles abrangem organizações de esquerda, anarquistas e revolucionárias, bem como organizações centradas em questões mais específicas, como meio ambiente, direitos das mulheres, crianças, agricultura, saúde e outros. Algumas tendendo mais a soberanistas e outras mais a internacionalistas. De qualquer forma, não há nada que as impeça de se reunir em grandes manifestações e protestos antiglobalização<sup>32</sup>.

A experiência de Seattle, em novembro de 1999, concedeu um enorme grau de visibilidade e difusão dos movimentos antiglobalização. O mundo passou a observar essa convergência de movimentos que há muito já havia iniciado esse processo histórico em busca de espaço na luta por um objetivo comum.

Os primórdios do movimento antiglobalização se deram em Chiapas, México, em meados de 1996. No período de 27 de julho a 03 de agosto, 3.000 pessoas participaram do primeiro elo do movimento internacional contra a globalização: o Primeiro Encontro Intercontinental pela Humanidade e Contra o Neoliberalismo<sup>33</sup>.

---

<sup>31</sup> Documento publicado em 10 de julho de 2000 pelo jornal *The Nation*, de Nova York, EUA, difundido pela Internet.

<sup>32</sup> KECK, Margaret; SIKKINK, Kathryn. **Activists beyond borders**, International Advocacy Networks in International Politics. Cornell University Press, 1997.

<sup>33</sup> SEOANE, José; TADDEI, Emilio (Orgs.). **Resistências mundiais: de Seattle a Porto Alegre**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2001.

Esse primeiro encontro foi um marco para a sensibilização do mundo quanto à existência de comunidades ainda isoladas do mundo globalizado. O Exército de Libertação Nacional Zapatista, formado para representar os excluídos do México, surge como um dos pioneiros na utilização de novas tecnologias de comunicação e estratégias originais e criativas. O seu objetivo principal consiste no combate à ignorância do mundo neoliberal quanto à exclusão dessas pessoas que habitam as montanhas do sudeste mexicano.

É extremamente curioso como se pode confirmar, nesse momento histórico dos movimentos antiglobalização, o que foi citado no primeiro capítulo quanto à tese do Estado Mínimo do Neoliberalismo. Segundo Hayek & Friedman, a desigualdade social é um fator imprescindível para a formação de uma solidariedade social, e na ausência da intervenção estatal, grupos isolados teriam maior abertura para crescer e desenvolver sem impedimento. É o que o mundo viu acontecer em Chiapas, uma formação da sociedade civil mexicana atuando com representatividade e visibilidade no cenário das relações internacionais.

Já no início do ano de 1997, no âmbito da Organização para o Comércio e o Desenvolvimento Econômico – OCDE, vinha sendo negociado um tratado por meio do qual os investimentos estrangeiros seriam protegidos contra a capacidade reguladora dos povos e dos Estados. O Acordo Multilateral de Investimentos – AMI, viria logo a ser denominado, pelos seus maiores críticos, como a “nova bíblia” da ordem neoliberal<sup>34</sup>.

A reação de repúdio ao AMI veio imediatamente, coordenada pela associação norte-americana Global Trade Watch, formada por ativistas americanos e

---

<sup>34</sup> SEOANE, José; TADDEI, Emilio (Orgs.). **Resistências mundiais: de Seattle a Porto Alegre**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2001.

européus, os quais deram início à execução de uma campanha em escala mundial. Essa grande campanha contra o AMI apresentou-se como o primeiro protesto de articulação conjunta, envolvendo ONGs, intelectuais, ativistas e representantes de diversos movimentos sociais<sup>35</sup>.

Ou seja, a mesma ordem que defende o respeito à liberdade e à iniciativa individual, criando um ambiente propício para a insurgência de aglutinações de pessoas, seria contestada por liberalizar a fluidez financeira sem intervenção estatal. A ordem neoliberal é então objeto de ataque de suas próprias “crias”.

No contexto europeu, as primeiras experiências de coordenação em escala mundial dos movimentos de desempregados e trabalhadores em condições precárias se deram no primeiro semestre de 1997. Realizou-se a primeira Marcha Européia contra o desemprego, contra a precariedade e as exclusões, composta por movimentos de desempregados, sindicatos, organizações dos sem-identidade e dos direitos humanos de diferentes países da Europa, culminando na manifestação de 50 mil pessoas na cidade de Amsterdã<sup>36</sup>.

Na Ásia, ao final de 1997, a crise econômico-financeira levou por terra o milagre dos tigres e dragões e ressaltou as conseqüências sociais e a instabilidade que a globalização neoliberal produzia. Protestos políticos na Indonésia levaram à queda do regime Surharto, manifestações de operários tailandeses e greves da central sindical coreana, Korean Confederation of Trade Unions – KCTU, fervilhavam contra os planos de ajuste e à queda do poder de compra dos assalariados<sup>37</sup>.

---

<sup>35</sup> SEOANE, José; TADDEI, Emilio (Orgs.). **Resistências mundiais: de Seattle a Porto Alegre**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2001.

<sup>36</sup> Id. op. cit.

<sup>37</sup> Ibidem.

A expansiva onda de crise financeira contribuiu para exaltar ainda mais os ímpetus dos que vinham lutando contra a liberalização comercial sem limites, ou globalização econômica e financeira. Para corroborar o movimento, em 1998, criou-se, em Paris, por iniciativa do jornal *Le Monde Diplomatique*, a associação Attac.

A Attac, que inicialmente significava Associação pela Taxa Tobin de Ajuda aos Cidadãos; atualmente, quer dizer Associação pela Taxação das Transações Financeiras para Ajuda aos Cidadãos, promove a criação de um imposto às transnacionais financeiras especulativas. Essa associação torna-se forte no âmbito internacional e dá origem ao Movimento Internacional Attac, visando promover o controle democrático dos mercados financeiros e suas instituições<sup>38</sup>.

O objetivo principal da Attac, à época, era o de concretizar a taxação dos movimentos do capital especulativo, proposta feita pelo Prêmio Nobel de Economia James Tobin, visando controlar as conseqüências negativas dessa circulação em escala mundial.

Em 1998, consolidou-se o processo de difusão e ampliação da convergência de movimentos internacionais contra as conseqüências da globalização neoliberal. Em fevereiro do mesmo ano, conseguiu-se a postergação e a suspensão das negociações secretas realizadas no âmbito da OCDE – Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômicos, para a conclusão do Acordo Multilateral de Investimentos – AMI.

Em maio de 1998, durante a realização da reunião ministerial da OMC em Genebra e do segundo encontro anual do G8, em Birmingham, na Inglaterra, foram também

---

<sup>38</sup> ATTAC. **Contre la dictature des marches**. Paris: Éditions Syllepse, 1999, e Chesnais, François. *Tobin or nor Tobin*. Paris: L'Esprit frappeur, 1998.

organizadas paralelamente manifestações contando com a coordenação da Ação Global dos Povos, grupos de ecologistas, mulheres, anarquistas, libertários, camponeses e desempregados. A manifestação ficou conhecida como “Primeiro Dia de Ação Global”<sup>39</sup>.

A AGP – Ação Global dos Povos é um conjunto de grupos de lutas locais, que, em seus princípios, conclama a desobediência civil, a ação direta e o confronto. O Primeiro Dia de Ação Global envolveu mais de 10 milhões de pessoas, de 60 cidades e nos cinco continentes, fazendo protestos e festas de rua.

O “Segundo Dia de Ação Global” aconteceu em junho de 1999, levando mais de 400 ativistas de todo o mundo para uma marcha em direção à Colônia, Alemanha, num protesto contra a reunião anual do G7. Destaca-se em meio a tantos movimentos a ação da Confederação Camponesa Francesa, na cidade de Millau, na França, liderada por José Bové<sup>40</sup>, que junto a outros ativistas depredaram um McDonald’s objetivando repudiar o uso de alimentos transgênicos e *fast food*<sup>41</sup>.

Os protestos realizados por meio da ação direta e desobediência civil começaram então a perturbar a ordem pública. O confronto no lugar do diálogo ameaçava a integridade e a legitimidade dos movimentos opostos à globalização.

A reação dos grandes capitalistas veio em setembro de 1998, em declaração realizada por 450 dirigentes de multinacionais, na reunião da Câmara de Comércio Internacional, presidida pelo presidente da Nestlé:

---

<sup>39</sup> SEOANE, José; TADDEI, Emilio (Orgs.). **Resistências mundiais: de Seattle a Porto Alegre**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2001.

<sup>40</sup> O francês José Bové como sabemos é um dos maiores defensores da PAC, Política Agrícola Comum da União Européia, que prejudica os países em desenvolvimento através dos subsídios aplicados.

<sup>41</sup> SEOANE, José; TADDEI, Emilio, op. cit..

“O surgimento de grupos de ativistas ameaça enfraquecer a ordem pública, as instituições legais e o processo democrático. (...) É necessário estabelecer regras para esclarecer a legitimidade destas organizações não-governamentais ativistas, que se proclamam representantes dos interesses de amplos setores da sociedade civil”<sup>42</sup>.

Pouco antes das manifestações em Seattle, acontecem três eventos que manifestam a participação dos povos do Terceiro Mundo no movimento internacional antiglobalização. Na Ásia, em Bangalore, Índia, é realizada a Segunda Conferência Mundial de Ação Global dos Povos. Na América Latina ocorreu o primeiro “Grito Latino-Americano dos Excluídos”, reivindicando trabalho, justiça e vida em diferentes países do continente. Na África do Sul foi realizada a Cúpula Sul – Sul sobre a Dívida, na cidade de Johannesburgo<sup>43</sup>.

Diante da convocação da reunião da OMC, em Seattle, em novembro, para o início da Rodada do Milênio, começou a circular uma declaração de membros da sociedade civil que se opunham à proposta da referida rodada, ou seja, a liberalização mundial do comércio. Essa declaração circulou e reuniu mais de 800 adesões providas de mais de 70 países, centralizadas pela organização Amigos da Terra, com sede em Londres.

No dia 30 de novembro, milhares de estudantes, ecologistas, feministas, camponeses, agricultores e ativistas de direitos humanos marcharam para o centro da cidade. A repressão policial veio com balas de borracha e gases-pimenta e as imagens percorreram o mundo. O protesto e a repressão se estenderam até o dia 03 de dezembro, momento em que as negociações foram paralisadas. A rodada do milênio havia sido um fracasso<sup>44</sup>.

---

<sup>42</sup> BUSINESS Dialogue. Déclaration de Genève du monde des affaires. Genebra, 1998.

<sup>43</sup> SEOANE, José; TADDEI, Emilio (Orgs.). **Resistências mundiais: de Seattle a Porto Alegre**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2001.

<sup>44</sup> Ibidem.

Também foram realizadas as primeiras quatro edições do Fórum Social Mundial, com sede em Porto Alegre, no Brasil (de 2001 a 2003), e em Mumbai, Índia (em 2004), que se caracterizaram por catalisar as lutas populares e sociais em curso no mundo e difundir os consensos atingidos pelo movimento social global. Assim, a primeira delas refletiu na conjunção dos êxitos de Seattle e no fortalecimento da esquerda na América Latina.

O segundo Fórum Social Mundial foi marcado por uma resposta dos movimentos sociais às ofensivas militares do governo norte-americano após os atentados de 11 de setembro. O terceiro encontro, de 2003, foi marcado pela chegada de Lula à Presidência do Brasil, simbolizando a possibilidade de concretização de vários temas debatidos nos fóruns e a nacionalização de conquistas democráticas e populares locais. Todavia, foi principalmente o esforço conjunto na luta pela paz e contra a guerra que deu o tom à terceira edição. A realização de um protesto simultâneo contra a instalação da guerra no Iraque, no dia 15 de fevereiro, foi a grande marca do encontro.

A quarta edição foi realizada em Mumbai, na Índia. Foi o primeiro grande teste da real “globalização” do Fórum Social Mundial – FSM. O êxito da transferência de local geográfico foi fundamental para a sua mundialização e para evitar que o “diálogo global” ficasse restrito ao eixo América-Europa.

O FSM da Índia foi um verdadeiro choque de realidade e de mudanças paradigmáticas na condução do Fórum, pois, ao contrário dos encontros de Porto Alegre, em Mumbai, houve participação popular ativa, diversidade estampada e diferenças culturais concretas na constituição de consensos. O Fórum indiano sintetizou a dura realidade local, de pobreza e separação por castas, a diversidade e a combatividade do movimento progressista da região e o fortalecimento da luta antiimperialista e pela paz mundial.

Esses fatos ajudaram a fazer surgir por toda parte, entre aqueles que não aceitavam a possibilidade de um mundo controlado pelos interesses do capital, organizações com diferentes manifestações contrárias à globalização.

Não é o objetivo deste trabalho se ater à cronologia histórica dos movimentos antiglobalização e nem tampouco citar todas as manifestações e protestos realizados até o presente momento. No entanto, os parágrafos acima são importantes para que sejam feitas algumas análises e considerações acerca dos movimentos antiglobalização.

Observa-se ao longo dos últimos parágrafos a aparição e constituição de uma convergência internacional que adota a forma de um movimento de oposição à globalização do capitalismo neoliberal. Nota-se a amplitude e heterogeneidade que abrangem essa aliança social, bem como as raízes e processos que foram constituindo um contexto propício para a ação comum.

Como se viu, as conseqüências da globalização do capitalismo neoliberal têm reflexos em uma gama diversa de setores e aspectos das sociedades nacionais. Essa multiplicidade de setores afetados exige a articulação de diferentes forças de resistência. Isso faz com que uma convergência estratégica seja necessária para intervir sobre as decisões que irão influenciar na coletividade, principalmente quando essas decisões são tomadas em âmbito institucional.

Um outro motivo que conduz à convergência desses movimentos é a diversidade de pontos de vista relativos a determinados temas que é manifesta por meio de alianças específicas. São convergências táticas, voltadas para um objetivo concreto, mas a partir de perspectivas diversas. Organizam-se em um espaço de tempo delimitado e reúnem

organizações de interesses variados. Tem-se como exemplo desse tipo de convergência a questão da dívida externa dos países do Terceiro Mundo, que mobiliza tanto grupos políticos de esquerda e até grupos religiosos conservadores<sup>45</sup>.

Observa-se também a constituição de um espaço plural de debates de propostas e articulação de iniciativas que vêm se consolidar permanentemente como um marco internacional. É possível a constituição de tal espaço para a pluralidade de temas de que tratam os movimentos antiglobalização devido à expansão do uso da Internet, que passou a ser um meio de exercício de um novo tipo de ativismo político.

Substituindo os antigos documentos impressos, a Internet tem sido o mecanismo de propagação de interesses políticos e sociais, bem como o maior responsável pela organização e articulação das grandiosas manifestações de rua nos grandes centros hegemônicos do capitalismo.

Toma-se como exemplos o Movimento Zapatista de Libertação Nacional, no México, o Movimento dos Sem-Terra – MST, no Brasil, e o Movimento Mundial Antiglobalização, que são compostos por integrantes de variados lugares do mundo, levados por motivações internas, sociais e históricas. O sucesso desses movimentos se deve à estratégia de comunicação baseada no uso da Internet e da mídia. A divulgação do objeto de sua luta contra a globalização permite a esses movimentos conseguir maior visibilidade e conseqüentemente maior apoio às suas causas.

O paradoxo interessante ao qual se pode referir é o fato de que os grupos de resistência à globalização têm utilizado os mesmos instrumentos que permitem o avanço do

---

<sup>45</sup> HOUTART, François. **Resistências mundiais**: de Seattle a Porto Alegre. Petrópolis/RJ. Vozes, 2001. p.95.

objeto de seu protesto: a liberalização sem fronteiras do mercado por meio das novas tecnologias de informação; a defesa da democracia; a liberdade de expressão; livre debate e circulação de idéias, cultura e aproximação dos povos.

Por outro lado, a massificação “globalizante” do uso da Internet é um recurso importante das organizações da sociedade civil, tais como Organizações Não Governamentais – ONGs, movimentos sociais e ativistas, no sentido de promover uma disputa contra os chamados poderes hegemônicos da informação, por meio da universalização de conceitos como os de direitos humanos, meio ambiente, democracia, igualdade social e outros. Ou seja, segundo essa hipótese, o Estado-Nação ganha aliados para a defesa do que se pode chamar de interesses nacionais.

Por fim, esta última análise quanto à capacidade desses movimentos de manterem uma articulação por meio das redes é também relativa ao fato de estarem sempre muito bem informados e atualizados quanto aos temas da agenda global. Apesar das diferenças sociais e culturais entre uma minoria e uma maioria nas populações das diversas sociedades, o movimento antiglobalização é um fenômeno mundial. A consciência da necessidade de globalizar as resistências, as lutas sociais e as alternativas à globalização do capitalismo neoliberal é o que se assiste de forma progressiva ao longo dos últimos anos.

No próximo capítulo, interessará saber de que forma esses movimentos de resistência à globalização influenciam a autonomia e a soberania do Estado-Nação.

### **3 OS MOVIMENTOS ANTIGLOBALIZAÇÃO: FORTALECEM OU ENFRAQUECEM O ESTADO-NAÇÃO?**

A atual conjuntura internacional, como a que se presencia, revela-se mais instável e complexa do que a fracassada bipolaridade da Guerra Fria. Permanecem ainda no início do século XXI a hierarquia de poder, representada pelos poderes hegemônicos, e a disputa entre os Estados Nacionais pelo poder.

Buscando uma síntese do primeiro e segundo capítulos, sob a perspectiva do estudo dos fenômenos que ocorrem nas relações internacionais, a globalização, os novos atores internacionais e os movimentos antiglobalização são responsáveis pelo questionamento que o presente trabalho se dispôs a levantar. Ou seja, em que grau os poderes do Estado-Nação podem ser discutidos em relação aos fenômenos emergentes da nova ordem econômica mundial?

Certos problemas transnacionais concomitantes à globalização questionam a capacidade do sistema interestatal westphaliano. Características desse sistema incluem a propriedade de novas tecnologias, bem como a concentração de poder e riqueza nas mãos de instituições privadas que inibem ou mesmo ameaçam a soberania nacional.

Quanto a isso se pode afirmar que a economia capitalista neoliberal, instaurada em escala global, articula-se ainda com base no Estado-Nação. Mesmo reconhecendo o destaque da participação efetiva das corporações transnacionais, o Estado-

Nação é soberano, ainda que tenha a soberania limitada pela interdependência entre os Estados nacionais e pela preeminência de um Estado mais forte que outros.

Wallerstein<sup>46</sup> trata do assunto da seguinte forma:

“A superestrutura da economia – mundo capitalista é um sistema de estados interdependentes, sistema esse no qual as estruturas políticas denominadas “Estados soberanos” são legitimadas e delimitadas. Longe de significar total decisória, o termo “soberania” na realidade implica uma autonomia formal, combinada com limitações reais desta autonomia, o que é implementado simultaneamente pelas regras explícitas e implícitas do sistema de Estados interdependentes e pelo poder de outros Estados do sistema. Nenhum Estado no sistema, nem mesmo o mais poderoso em determinado momento, é totalmente autônomo, mas obviamente alguns desfrutam de maior autonomia que outros”.

Sabe-se que os Estados gozam de instrumentos que ainda asseguram a sua autonomia e soberania com relação à política externa no âmbito da articulação política, às políticas de *antitruste* e *antidoping*, às negociações na Organização Mundial do Comércio contra oligopólios e qualquer outra forma de distorção por meio das forças econômicas.

No início da década de 70 (séc. XX), dois autores contestaram a teoria realista, considerando-a incapaz de analisar a emergência de atores transnacionais autônomos em relação ao Estado-Nação.

O paradigma proposto por Keohane & Nye tinham como elementos centrais a interdependência e a pluralidade de atores internacionais. De acordo com esse paradigma, uma política mundial multicentrada composta por inúmeros atores transnacionais preconiza o enfraquecimento das prerrogativas do Estado-Nação, sua soberania e o controle territorial<sup>47</sup>.

---

<sup>46</sup> WALLERSTEIN, Immanuel. **The politics of the world-economy**. Cambridge: Cambridge University Press, 1991, p. 14.

<sup>47</sup> ROSENAU, James. **Turbulence in world politics: a theory of change and continuity**. Princeton: Princeton University Press, 1990.

Outros autores como Bertrand Badie se referem ao declínio do Estado e da ordem Westphaliana<sup>48</sup>.

Os autores “neorealistas” negam que a centralidade do Estado esteja sendo prejudicada pelos regimes internacionais estruturados pelas organizações intergovernamentais, já que esses regimes são criações das grandes potências para atender a seus interesses nacionais<sup>49</sup>.

Ao contrário dos anteriores, os institucionalistas neoliberais valem-se do argumento de que as relações entre os Estados são facilitadas pelas regras e instituições internacionais, pois estas reduzem os riscos e incertezas ao definirem os critérios para resolução de conflitos<sup>50</sup>.

Segundo Jonh J. Mearsheimer<sup>51</sup>, instituição consiste no conjunto de regras que determinam a maneira por meio da qual os Estados irão cooperar ou competir entre si. As regras são negociadas pelos Estados e visam prescrever formas aceitáveis ou inaceitáveis para o comportamento estatal. Quando originadas numa instituição específica, as regras são formalizadas em acordos internacionais que culminam geralmente na criação de uma organização internacional.

A discordância clássica entre os institucionalistas e os realistas se aprofunda na percepção das influências das instituições na estabilidade internacional. Segundo o autor

---

<sup>48</sup> BADIE, Bertrand. **La fin des territoires**. Essai sur le désordre international et sur l'utilité sociale du respect. Paris: Fayard, 1995.

<sup>49</sup> WALTZ, Kenneth. **Theory of international politics**. New York: Random House, 1979. A Organização Mundial do Comércio falseia o argumento de Waltz, posto que é uma organização intergovernamental e não atende somente aos interesses nacionais das grandes potências.

<sup>50</sup> Cfr. KEOHANE, R. International Institutions: Two Approaches. **International Studies Quarterly**, v. 32, n. 4.

<sup>51</sup> MEARSHEIMER, John J. **The False Promise of International Institutions**. International Organization. Yale University, 1999.

supracitado, em uma análise dos anos pós-Segunda Guerra, as instituições não cumpriram o que seria o seu papel de promover a estabilidade no mundo. Mearsheimer desconstrói o argumento dos institucionalistas liberais, apoiando-se no argumento de que as instituições são instrumentos dos Estados, empregados de acordo com o critério e o desejo dos mesmos. Nesse contexto, a cooperação promovida pelas instituições só é requerida quando em perfeita consonância com os interesses dos Estados que se propõem a cooperar.

É o que acontece quando muitas vezes as corporações transnacionais são apoiadas por agências governamentais dos países capitalistas poderosos; muitas outras são favorecidas pelas diretrizes de organizações multilaterais, como o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial.

O ponto em que se pretende chegar com a argumentação teórica acima é a de que a ordem econômica liberal, ou neoliberal, tem como fiadores os Estados dominantes e hegemônicos. O exemplo maior de um Estado que vem tendo o papel de fiador da atual lógica da ordem internacional são os Estados Unidos.

No entanto, é preciso pontuar que dessa mesma ordem fazem parte instituições multilaterais que defendem os interesses de Estados diversos, que estabelecem regras importantes no intuito de resguardar os países menos favorecidos. Tem-se como exemplo a quebra das patentes dos remédios *anti-aids*, disputada no âmbito da Organização Mundial do Comércio e que veio favorecer e atender os interesses nacionais do Brasil e de outros países em desenvolvimento.

Ainda assim a hegemonia norte-americana é um marco incontestável no mundo contemporâneo. Deve-se levar em conta o marco da hegemonia norte-americana para

total compreensão dos temas de grande relevância que circulam e compõem o cenário internacional.

Muitas das interpretações das lutas abraçadas pelos movimentos antiglobalização se confundem com orientações antiamericanistas. Ou seja, de certa forma, a acumulação de forças antiglobalização tem a ver diretamente com o modelo hegemônico existente.

Com a recente reeleição do Presidente norte-americano George Bush, conseguida em função de uma onda extremamente conservadora que atingiu a população dos EUA, alguns dos analistas das relações internacionais previram uma forte onda antiamericanista aliada a fortes coalizões internacionais e anti-hegemônicas que não confiam na capacidade norte-americana de garantir a ordem e a paz no sistema internacional<sup>52</sup>.

Como se viu no primeiro capítulo, a crescente transnacionalização da economia reorienta o papel do Estado Nacional para uma adaptação ao novo ambiente. Viu-se também que nos Estados onde é bem absorvida a globalização da economia, tal fato pode gerar empregos e também renda, melhoria social e, conseqüentemente, o fortalecimento do Estado.

Apesar da possibilidade de serem beneficiados pela ordem neoliberal, ainda é sentida a dificuldade dos países em desenvolvimento e menos favorecidos de se inserirem na ordem neoliberal de forma positiva. Ainda se presencia a dificuldade de alguns países no âmbito das relações comerciais internacionais com as barreiras não-tarifárias, com os subsídios agrícolas e com as demais políticas protecionistas. Ainda se presencia a

---

<sup>52</sup> SARAIVA, José Flávio. Entrevista. **Jornal da Comunidade**, n. 13, p. A7,.19/11/2004.

vulnerabilidade de alguns países no âmbito dos fluxos financeiros e movimentos de capitais especulativos.

Capitalistas hegemônicos:

- centro e “periferismo”;
- embargos econômicos;
- lógica orbital;
- culturas mutantes, hibridismos;
- manipulação institucional;
- *fast-food* e “exotismos”;
- desintegração social;
- controle e dominação;
- OMC, FMI e Banco Mundial;
- pobreza, violência e desnutrição;
- intervenção na política nacional;
- barreiras não tarifárias, protecionismo;

- ajustes econômicos, financeiros, fiscais;
- mão-de-obra barata, trabalho escravo;
- Nikes, IBMs, matrizes e filiais.

E os Estados Nacionais? Será que não existem mais?

Segundo Ianni<sup>53</sup>, o Estado-Nação fica sem algumas de suas prerrogativas econômicas, políticas, culturais e sociais; no entanto, gradativamente, essas prerrogativas começam a aparecer nas decisões e atividades de empresas multinacionais e organizações multilaterais.

As organizações multinacionais ou multilaterais desenvolvem suas próprias perspectivas do que podem ser os Estados ou continentes, elaboram parâmetros técnicos e regras baseadas nos princípios do mercado, da livre iniciativa e da liberdade econômica. Esses princípios, como se sabe, são sugeridos e muitas vezes impostos aos países que desejam se favorecer com sua assistência ou ajuda<sup>54</sup>.

Por outro lado, organizações de fundo político, econômico, cultural e social desempenham funções de extrema importância em países e nações menos favorecidas. Os assuntos que envolvem temas como direitos humanos, proteção do meio ambiente, dívida externa, saúde, educação, meios de comunicação de massa e outros, sempre pareceram ter caráter nacional e são na realidade assuntos de interesse e abrangência global. A partir desses

---

<sup>53</sup> IANNI, Octávio. **A sociedade global**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

<sup>54</sup> *Ibidem.*

temas, muitas organizações se criaram por força da inexistência de uma competência estatal para lidar com os temas de tal relevância<sup>55</sup>.

Ainda Ianni<sup>56</sup> ressalta:

“As organizações econômicas, políticas e culturais, compreendendo empresas, conglomerados, bancos, tradings, mídia impressa e eletrônica, think tanks, universidades e outras, tecem o mundo em vários níveis, em diferentes desenhos. Por sobre indivíduos, grupos, movimentos sociais, partidos políticos, correntes de opinião pública, sociedades e Estados nacionais, essas organizações ordenam e reordenam as economias e as sociedades, os povos e as culturas. Naturalmente se beneficiam de aliados locais, regionais e nacionais. Articulam-se com organizações nativas em países e continentes. Ajustam-se e integram-se às exigências de setores sociais, partidos e governos. Mas organizam-se segundo razões próprias, interpretações independentes de conjunturas locais, regionais ou nacionais. Pensam as suas atividades em um cenário que pode ser internacional, multinacional, transnacional, mundial ou propriamente global. Jamais se atrelam as razões deste ou daquele Estado – Nação”.

Mediante o pano de fundo da globalização, com o qual se confirma a relação de interdependência, a dinamização e a maior integração entre as sociedades nacionais, assiste-se o surgimento de grandes desigualdades e antagonismos. O processo de globalização não provoca a dissolução do poder e autonomia dos Estados, mas redefine os aspectos de sua soberania, provoca desigualdades e também causa o desenvolvimento de diversidades.

Essas diversidades são constatadas na ressurgência de movimentos étnicos, regionais, culturais, religiosos, trabalhistas, feministas, ambientalistas, trabalhistas sociais e políticos. Esses movimentos acontecem com a debilitação do Estado-Nação, quando se alteram as relações, os processos e as estruturas de dominação de poder, assim como foi constatado no segundo capítulo.

---

<sup>55</sup> IANNI, Octávio. **A sociedade global**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, p. 42.

<sup>56</sup> Id. op. cit., p. 44-45.

Como foi citado anteriormente, no primeiro capítulo, a prioridade dos Estados mediante a globalização do capitalismo neoliberal passa a ser a adaptação de suas economias, de sua produtividade e de suas políticas macroeconômicas, buscando acomodar os fluxos globais e transformá-los em vantagens locais e nacionais.

Para isso, os movimentos antiglobalização se constituem em instrumentos que facilitam aos próprios Estados nacionais detectarem quais são os interesses nacionais. Dentro dessa perspectiva, da conservação dos interesses e dos valores nacionais, surgem algumas das organizações não estatais que confluem ao movimento antiglobalização.

Fazendo uma incursão às origens, definições e objetivos de alguns dos movimentos de resistência à globalização, é possível observar que nem sempre os mesmos são movidos pura e simplesmente pelo seu desejo de romper com a ordem internacional neoliberal, mas sim por força de algum tipo de necessidade ou ganho específico em relação a um determinado tema.

Esse é o ponto central que se pretendia atingir neste capítulo. A constatação de objetivos pontuais e específicos dentro da confluência de movimentos que se opõem à ordem internacional neoliberal tende, na realidade, a confirmar mais do que questionar a validade do sistema de Estados autônomos e soberanos.

A existência de organizações como a Confederação Camponesa Francesa é um dos exemplos que se pode analisar para sustentar a argumentação anterior. Esta organização, com sede em Millau, que é um pólo agrícola do sul da França que tem como principal produto o queijo *roquefort*, foi prejudicada quando seu produto, entre outros artigos europeus, foi sobre-taxado pelos EUA em resposta à proibição da União Européia de

alimentos transgênicos no passado. O episódio relatado no capítulo anterior, da manifestação de agricultores nas ruas e da depredação de uma loja do McDonalds, liderada por José Bové, foi fundamentado em reivindicações pontuais e específicas que se tornam extremamente nacionalistas ao corroborarem os interesses do Estado.

O protesto da organização liderada pelo notório ativista José Bové incluía em sua causa questões políticas, pois manifestava o repúdio aos alimentos transgênicos; questões econômicas caracterizadas pela taxaço que se constituía em barreira tarifária; e também culturais, afinal os manifestantes criticavam também o consumo de “*fast food*”, típico da cultura norte-americana, avesso à cultura francesa.

Pode-se afirmar, com base no exemplo citado, que os movimentos antiglobalização envolvem preocupações políticas, culturais e econômicas e atraem não somente os que se opõem à globalização e o seu efeito devastador da autonomia dos Estados-Nação e do Estado de bem-estar, mas também os que reconhecem que, de certa forma, o mesmo fenômeno aumenta a capacidade dos Estados em identificar e manter os interesses nacionais.

## CONCLUSÃO

A globalização é um fenômeno que se desenvolve como ação contínua de disseminação da lógica da acumulação de riquezas e das várias formas de poder. Em torno dele são criadas instituições e organizações que são responsáveis pela manutenção da ordem e pela criação de soluções para as diferentes situações que surgem mediante as novas configurações de força, de poder, fluxo de informações, comércio, capital e seres humanos entre os Estados.

Essa ordem, na qual vemos operar além das grandes corporações transnacionais, instituições e organizações internacionais, é financiada, ou seja, é resguardada por um ou mais atores hegemônicos que buscam atingir seus objetivos segundo a lógica capitalista neoliberal. Não só o mundo em desenvolvimento, mas também muitos países desenvolvidos se ressentem das práticas de estados que são fiadores dessa lógica capitalista.

Os países ricos já alcançaram um nível de acumulação de capital que lhes permite usufruírem do sistema globalizado de modo a exercerem o papel de fiadores e de defensores do sistema neoliberal sobre os países emergentes. A preocupação que têm estes países é com a concorrência com os países emergentes, protegendo seus mercados de forma agressiva (Protecionismo). Mas a intranqüilidade maior está no setor financeiro, porque eles são os credores das economias emergentes e este setor é suscetível às variações internacionais.

A reorientação do Estado Nacional para a inserção na Economia globalizada tem aspectos positivos e negativos. Há algumas dificuldades com as barreiras não-tarifárias, com os subsídios, com as políticas protecionistas, com os fluxos financeiros e

com os capitais especulativos. O Estado - Nação muitas vezes está sujeito a prerrogativas de organizações multinacionais que são impostas em troca de uma assistência ou ajuda. Em países e nações menos favorecidas estas organizações desempenham funções de grande importância em temas como Direitos Humanos, Meio-Ambiente, Educação, Saúde, Comunicação de massa entre outros.

Não é só o aspecto econômico que incomoda as sociedades, mas também pesam os aspectos políticos e culturais, que muitas vezes sofrem alterações em função da globalização. A participação política, antes restrita ao território nacional, passa a ser exercida de forma bastante ativa em um território global. A globalização neoliberal ao transferir parte do poder decisório para organismos internacionais, gera uma crise do Estado Nacional.

Em meio a tantos dilemas que a globalização traz consigo para dentro do Estado – Nação, o mesmo passa a se preocupar em sobreviver a todas as novas situações, ou seja, concentra-se na adaptação ao novo meio que deve interagir. Sem suas prerrogativas tradicionais, da primazia dos interesses nacionais e da defesa do estado de bem estar, os governos nacionais perdem parte de sua autonomia para desenvolver políticas públicas que atendam as necessidades de suas populações. O fenômeno chamado globalização suscita intenso questionamento quanto a sua natureza e alcance, riscos e oportunidades. Entre os formuladores de políticas, públicas e privadas, é presente a preocupação quanto às estratégias que devam orientar o Estado em face de condicionamentos internos e principalmente externos, na maior parte das vezes redefinidos ou transformados.

As reivindicações das populações nacionais começam a aparecer novamente por meio das associações civis, das organizações não governamentais, dos movimentos sociais, e atrelados à idéia de reforçar a autonomia e soberania dos Estados nacionais, os

movimentos antiglobalização.

A confluência desses movimentos permite aos atores do cenário internacional a visualização do que realmente são os interesses e necessidade das sociedades civis. Vemos a forma de organização e articulação desses movimentos e percebemos o paradoxo que se constitui, posto que os guerreiros dessa batalha antiglobalização se valem das mesmas armas utilizadas pelos seus adversários. A utilização das redes de computadores e mídia é o meio que permite a integração desses objetivos que são muitas vezes especificamente pontuais, de acordo com determinado tema, e outras vezes bem mais abrangentes e contraditórios.

Essa é outra característica interessante, que faz com que os movimentos antiglobalização sejam mais internacionalistas ou mais soberanistas. No entanto, todos são elementos de coesão dos interesses da sociedade civil. Com a debilitação das funções do Estado – Nação, as lutas sociais, expressas nesses movimentos, étnicos, regionais, culturais, religiosos e outros, retornam com o propósito de conquistar novamente o que já haviam conquistado em seu favor. É justamente essa consciência que surge e que se desenvolve rapidamente nos últimos anos: a necessidade de globalizar as resistências, as lutas sociais e as propostas e alternativas à globalização capitalista neoliberal. Os movimentos antiglobalização, ao ensejarem suas lutas reivindicatórias, trazem para o Estado nacional contribuições importantes na formulação de políticas de interesse do próprio Estado.

É nesse sentido que o presente trabalho se propôs a demonstrar de que forma os movimentos antiglobalização contribuem para o fortalecimento do Estado – Nação, pois suas lutas representam as necessidades humanas. Sendo os seres humanos os atores básicos que compõem o Estado – Nação, as necessidades humanas por sua vez serão refletidas

nos interesses nacionais. Também é certo afirmar que a prioridade do Estado se modificou com o processo de globalização. A prioridade do Estado que consistia na promoção do bem – estar foi substituída pela necessidade de adaptar as economias nacionais às exigências da economia mundial.

A inserção dos Estados emergentes na ordem internacional neoliberal pode ter conseqüências negativas, e como reação a este fato estão ocorrendo mudanças nas formas de participação política em vários países do mundo. Estas mudanças expressam uma maior sintonia com os problemas globais. Uma comprovação desta afirmação está no fato da crescente contribuição dos grupos e movimentos não-governamentais desde Seattle (1999), até as quatro edições do Fórum Social Mundial ( 2001, 2003, 2005 no Brasil e 2006 na Índia). O Estado-Nação não está ultrapassado, antes é fonte e motor da mudança à escala mundial, devendo ser raiz e garantia do patrimônio cultural nacional. O Estado centraliza e mantém as suas funções de governação e de manutenção da lei e da ordem, mas as suas funções sociais e de intervenção econômica alteram-se para funções de regulação.

O Sistema neoliberal exerce através de instituições financeiras mundiais, como FMI, Banco Mundial, BIRD e outras, um controle sobre as políticas públicas das nações devedoras de modo a garantir o cumprimento das metas previstas nos acordos e ajudas financeiras. Ocorre que, seguidamente tem-se percebido desequilíbrios freqüentes, com crises de curta, de média e de longa duração, atingindo em diferentes graus, países ou bloco de países. Essas crises, além do mais, podem ser exploradas por países dominantes, que influenciam os recursos financeiros, os mecanismos de mercado e a produção de mercadorias. Pelo contrário, a otimização dos recursos provenientes de auxílios internacionais atrelada ao equilíbrio das políticas fiscais nos países em desenvolvimento pode trazer vantagens às economias nacionais.

As classes dominantes, dirigentes dos principais países capitalistas do globo, deixaram que o capital se tornasse uma força quase incontrolável que muitas vezes se alastra impunemente, subjugando os poderes dos Estados que se encontram incapazes diante de tal processo. O confronto entre o poder do Estado e o poder do mercado não é um fato novo na história, mas assume hoje no contexto da globalização uma dinâmica agressiva. Em resposta à esta política neoliberal, a partir da década de 1990, os movimentos antiglobalização foram ganhando espaço e constituindo-se como grupos de pressão, representando as lutas populares locais e sociais mundiais. O Estado nacional, ao ter seu poder decisório transferido para órgãos internacionais, passa a vivenciar uma crise de poder. A sociedade civil organizada assume diante desse confronto a representação dos interesses daqueles grupos que não possuem força política. O que vemos hoje é uma crescente tomada de consciência e de ação desses grupos e movimentos no sentido de fazerem frente às imposições financeiras dos países hegemônicos. Uma participação ativa das experiências particulares dos movimentos nas decisões políticas de seus Estados Nacionais.

No dizer de Octávio Ianni, *“a Globalização está presente na realidade e no pensamento, desafiando grande número de pessoas em todo o mundo”*. Muitas são as abordagens teóricas que tentam esclarecer as diferentes manifestações do fenômeno da globalização. A análise feita neste trabalho procurou evidenciar alguns aspectos importantes do fenômeno da globalização sob o aspecto da Economia de mercados e através da crescente participação política dos grupos multilaterais.

Conclui-se que o Estado – Nação passa hoje por profundas transformações e muitas das suas funções estão sendo transferidas para as instituições e organizações não governamentais, nacionais ou internacionais. Apesar de ter as funções limitadas pelas imposições do sistema financeiro internacional, o Estado-Nação permanece nas ações

políticas nacionais. É um Estado Nação que apresenta uma nova figura; já não é mais capaz de conter as forças da economia, da política, da geografia, da história. A prioridade do Estado nacional em realizar políticas públicas, que favoreçam o bem da sociedade, transformou-se em atendimento às exigências da economia internacional. A reorientação das políticas nacionais por órgãos financeiros internacionais constitui elemento importante na compreensão da limitação das políticas nacionais. Enfim, a crescente transnacionalização econômica e financeira dos países interdependentes está determinando um novo papel nas funções do Estado-Nação.

A nova configuração do poder do Estado abriu espaço para o desenvolvimento e a participação dos movimentos sociais. Em meio a estes, os movimentos antiglobalização destacam-se de forma a interpretar os anseios de comunidades que não estão inseridas nos interesses representados pelos seus respectivos Estados.

Os movimentos internacionais antiglobalização são a prova de que a globalização pode trazer conseqüências positivas, tais quais uma maior conscientização e participação civil nas políticas que interferem diretamente na vida das populações. O que antes era um papel apenas do Estado Nacional, hoje é dividido com a sociedade civil democraticamente.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGOSIN, Manuel; TUSSIE, Diana. Globalización, regionalización y nuevos dilemas en la política de comercio exterior para el desarrollo. **El Trimestre Económico**, v. 60, n. 239, jul./sept., 1993.

ATTAC. **Contre la dictature des marches**. Paris: Éditions Syllepse, 1999, e Chesnais, François. Tobin or nor Tobin. Paris: L'Esprit frappeur, 1998.

AYRES, J. Transnational Political Processes and Contention against the Global Economy. In : SMITH, J.; JOHNSTON, H. **Globalization and resistance**: transnational dimensions of social movements. Maryland: Rowman & Littlefield, 2002.

BADIE, Bertrand. **La fin des territoires**. Essai sur le désordre international et sur l'utilité sociale du respect. Paris: Fayard, 1995.

BAUMANN, Renato. Uma visão econômica da globalização. **O Brasil e a Economia Global**. Editora Campus, 1996.

BUSINESS Dialogue. Déclaration de Genève du monde des affaires. Genebra, 1998.

FOUGUIER, Eddy. Le mouvement de contestation de la mondialisation. **Annuaire français de relations internationales**, Bruxelles: Bruylart, 2002.

GIDDENS, Anthony. **A terceira via**. Rio de Janeiro: Record, 1999.

GILPIN, Robert. **A economia política das relações internacionais**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.

GREEN, David. **Reinventing civil society**. Londres: Institute of Economic Affairs, 1993.

HABERMAS, Jürgen. O Estado-Nação Europeu frente aos Desafios da Globalização. O Passado e o Futuro da Soberania e da Cidadania. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 43, p. 87-101, nov. 1995.

HOUTART, François. **Resistências mundiais**: de Seattle a Porto Alegre. Petrópolis/RJ: Vozes, 2001.

IANNI, Octávio. **A era da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

\_\_\_\_\_. **A sociedade global**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

\_\_\_\_\_. **Teorias da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

KEOHANE, R. International Institutions: Two Approaches. **International Studies Quarterly**, v. 32, n. 4.

KEOHANE, R.; NYE, Joseph. **Power and Interdependence**. 2. ed. Harper Collins Publishers, 1989

\_\_\_\_\_. **Transnational relations and world politics**. Cambridge: Harvard University Press, 1971.

KEYNES, John Maynard. **A teoria geral do emprego, do juro e da moeda**. São Paulo: Nova Cultural. Série Os Economistas, 1985.

MEARSHEIMER, John J. **The False Promise of International Institutions**. International Organization. Yale University, 1999.

OHMAE, Kenichi. **O Fim do Estado Nação**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1996.

ROSENAU, James. **Turbulence in world politics: a theory of change and continuity**. Princeton: Princeton University Press, 1990.

SADER, Emir. A hegemonia liberal na América Latina. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo. **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Cap. 1. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

SARAIVA, José Flávio. Entrevista. **Jornal da Comunidade**, n. 13, p. A7,.19/11/2004.

SEOANE, José; TADDEI, Emilio (Orgs.). **Resistências mundiais: de Seattle a Porto Alegre**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2001.

SPRUYT, Hendrik. **The sovereign state and its competitors**. Princeton: Princeton University Press, 1994.

TARROW, S. From Lumping to Splitting: Specifying Globalization and Resistance. In: SMITH, J.; JOHNSTON, H. **Globalization and Resistance**, 2002.

TAVARES, Maria da Conceição. *Jornal Folha de S. Paulo*, 12/10/1997.

TOURAINÉ, Alain. **Podremos vivir juntos?** La discusión pendiente: el destino del hombre en la aldea global. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 1997.

VAZ, Costa Alcides. **Revista Múltipla**. Brasília, v. 4, n. 7, 1999, p. 61-68.

WALTZ, Kenneth. **Theory of international politics**. New York: Random House, 1979.

WALLERSTEIN, Immanuel. **The politics of the world-economy**. Cambridge: Cambridge University Press, 1991, p. 14.